

O problema das classes sociais “desorganizadas” no debate sobre o governo Lula.

Avance de investigación em curso.
Grupo de trabajo 17: Pensamiento Latinoamericano y teoria social
Pedro Henrique Santos Queiroz.

Resumo:

O desenvolvimento recente do pensamento social brasileiro demonstra uma retomada da perspectiva de análise que identifica nas classes sociais uma categoria explicativa privilegiada. Este movimento é acompanhado por um aumento da produção bibliográfica que tem como objetivo a interpretação do atual período político, fortemente marcado pelos dois mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Irei analisar aqui as obras “Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador” (Singer, 2012) e “A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista” (Braga, 2012). Pretendo discutir o trabalho de elaboração das categorias subproletariado (Singer) e precariado (Braga), suas aproximações e divergências e os esforços de adaptação e atualização a partir de ideias geradas diante de diferentes contextos sociais e históricos.

Palavras chave: Lulismo; subproletariado; precariado.

1 Apresentação

É possível observar no período recente de desenvolvimento do pensamento social brasileiro um aumento de interesse com conseqüente aumento na quantidade de produções acadêmicas sobre o período Lula e sobre o fenômeno político ao qual alguns autores estão se referindo como “lulismo”. Deste conjunto, irei destacar as obras “Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador” de André Singer e “A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista”, de Ruy Braga. Ao conferirem importância central em suas análises para as categorias subproletariado (Singer) e precariado (Braga), ambos os autores assumem uma postura intelectual ousada, qual seja a de proporem a viabilidade e pertinência da abordagem baseada nas classes sociais, desafiando assim a ideia amplamente corrente que afirma a obsolescência dessa perspectiva para a compreensão do mundo atual.

A profusão de análises a respeito do período sob os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), deve ser entendida como parte de um esforço de compreensão do tempo histórico presente. A esse respeito, é necessário considerar o contexto dado pela relação de proximidade mantida por uma parcela considerável da intelectualidade brasileira com o Partido dos Trabalhadores¹ (PT), bem como a experiência traumática de parte dos intelectuais de esquerda com o governo diante das escolhas feitas no início do primeiro mandato Lula pela manutenção e aprofundamento de uma política econômica ortodoxa. A tensão é expressa em um relato bastante vívido feito pela filósofa Marilena Chauí, em entrevista à revista Fórum, sobre uma das primeiras reuniões entre o recém empossado governo e um grupo de intelectuais próximos ao PT:

Fórum – A senhora tentou argumentar contra isso, conversar com outros acadêmicos, com gente do PT a respeito de suas posições contra esse modelo de transição?

¹ Sobre a importância da relação entre intelectuais e PT, para ficarmos com apenas um exemplo dentre os vários possíveis, basta mencionarmos que durante o ato de fundação do PT, realizado em 1980 no Colégio Sion em São Paulo, coube ao crítico de arte Mário Pedrosa a honraria de ser o primeiro a assinar a ata de filiação.

Marilena – Fizemos reuniões de intelectuais com o Paulo Vanuchi, fizemos uma primeira reunião lá no Banco do Brasil, com o Lula, Palocci, todos. E houve uma longuíssima arenga do Palocci, do Zé Dirceu etc., explicando porque seria daquele jeito. Um grupo, do qual faziam parte o Chico de Oliveira e o Fabio Konder Comparato, disse então “tchau e bênção”. Outro grupo se mortificou, comeu as unhas e foi para casa. E alguns, como eu, ficaram lá para ser saco de pancadas do país. Para poder justificar ao país o injustificável, viramos saco de pancadas. Mas, à época, pensava o seguinte: é por um desejo infantilmente esquerdista que não quero que seja assim. Preciso ser racional, realista, e entender os limites que a realidade impõe ao nosso desejo...

Nesse trabalho, pretendo investigar o processo de elaboração das categorias subproletariado e precariado nas obras dos dois autores mencionados, atentado, especialmente, para as convergências e divergências em suas definições. Devo esboçar também algumas apreciações sobre os esforços de adaptação e atualização empreendidos nessas formulações a partir de ideias geradas diante de diferentes contextos sociais e históricos. Irei explorar a relação de dívida de ambos os autores para com a ideia marxiana de exército industrial de reserva; a influência da ideia de subproletariado elaborada por Paul Singer sobre o trabalho de André Singer e o empréstimo do conceito de precariado tomado por Braga da tradição francesa representada por Robert Castel.

Singer expõe em forma de pergunta o problema central de sua pesquisa: “(...) a inesperada trajetória do lulismo incidirá sobre contradições centrais do capitalismo brasileiro, abrindo caminho para colocá-las em patamar superior?” (Singer, 2012, p. 9). No trabalho de Singer, o lulismo é entendido como resultante de um realinhamento eleitoral, cristalizado em 2006, com possibilidade de estabelecimento de um ciclo político de longa duração. Este realinhamento seria marcado pela aproximação do governo do PT com o subproletariado, passando a assumir o programa político desse grupo - redução das desigualdades sem rompimento da ordem social estabelecida - e a encontrar nele sua principal força de apoio eleitoral.

Braga, por sua vez, define seu estudo como uma investigação da evolução histórica do que ele identifica como “classismo prático do precariado brasileiro”, acompanhando seu desenvolvimento da década de 1950 até o período atual, propondo, por fim, o questionamento de se o lulismo pode ser entendido como uma forma de “dominação social estável” gerada a partir da dinâmica política interna do precariado brasileiro (Braga, 2012, p. 29).

O embate entre as obras de Singer e Braga oferece a oportunidade de compor um painel representativo dos debates desenvolvidos pela intelectualidade de esquerda sobre o governo Lula e seu legado. Isto porque ambos os autores podem ser identificados como intelectuais engajados, no sentido de que associam suas reflexões acadêmicas a uma prática política extra-acadêmica. André Singer é filiado ao Partido dos Trabalhadores, tendo inclusive assumido os postos de secretário de imprensa do Palácio do Planalto (2005-2007) e porta voz da Presidência da República (2003 - 2007). Ruy Braga, por sua vez, vem de uma trajetória no movimento estudantil, tendo atuado no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na União Nacional dos Estudantes (UNE) no início da década de 1990. Atualmente, Ruy Braga é filiado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), partido que segue uma linha de oposição de esquerda aos governos do PT.

2. O lulismo como adoção do programa político do subproletariado.

Em sua obra, Singer busca descrever e analisar os significados da mudança de base social de apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT), processo que teve seu ponto crítico nas eleições presidenciais de 2006, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva buscava sua reeleição. Os dados

apresentados por Singer mostram que por trás de uma aparente constante (tanto na primeira quanto na segunda campanha nas quais a candidatura do PT foi vitoriosa, a diferença no segundo turno foi de cerca de 20 milhões votos), se esconde uma profunda mudança representada pelo afastamento das classes médias urbanas (tradicional reduto do PT) e apoio maciço dos segmentos pobres e muito pobres. Este fenômeno é marco de uma mudança com consequências significativas para a trajetória, discurso e programa político do PT.

Um dos principais “nós-górdios” enfrentados pelo desempenho eleitoral do PT até o realinhamento eleitoral lulista estava no que Singer, recorrendo ao ensaio “A questão meridional” de Gramsci, denomina de questão setentrional, isto é o arranjo de sustentação dos setores oligárquicos pelas massas pobres de extração rural e semirrural, predominantemente localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país (Singer, 20120, p. 40). É este elo que é quebrado com o apoio conferido pelas camadas populares aos governos do PT e que, daqui para a frente, tende a equacionar a disputa política em termos de ricos versus pobres, ao invés da polarização tradicional entre esquerda versus direita (Idem, ibidem, p. 41). O destravamento da “questão setentrional” operado pelo lulismo constitui um dos acontecimentos históricos com maior potencial de impacto transformador sobre o cenário político brasileiro.

Em termos pragmáticos, o realinhamento lulista é permitido pela adoção do que Singer denomina de um “programa reformista fraco”, pautado pelos princípios de inclusão social sem rompimento da ordem social existente, o que se sobreponha à agenda ‘intensamente reformista²’, que caracterizava o programa do PT até a conquista da presidência da República. Tal mudança não é precedida de uma revisão explícita das teses anteriormente defendidas, como a realizada pelos partidos da social democracia europeia, o que resulta no que Singer irá analisar como uma coexistência de duas “almas” distintas no “coração” do PT: a primeira, que o autor denomina “espírito de Sion³”, na qual confluíam a) uma postura radical de negação à política de conciliação entre classes b) a crítica ao populismo e à concepção estratégica etapista então bastante difundida entre setores da esquerda e c) a defesa de um sindicalismo livre, não atrelado aos governos.

Já a segunda “alma”, que Singer denomina de “espírito do Anhembi”, tem como marco o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro pela campanha de Lula à Presidência em 2002, tendo suas posições sido posteriormente referendadas por decisão do Diretório Nacional do PT, reunido no centro de convenções do Anhembi. Entre uma “alma” e outra coloca-se um espaço de duas décadas nas quais assistiu-se, no plano global, ao desmoronamento do chamado “socialismo real” e de ofensiva política-ideológica neoliberal enquanto que no plano nacional vivia-se o processo de abertura política e a série de três derrotas eleitorais (1989, 1994 e 1998) de Lula na disputa pela Presidência da República. O “espírito do Anhembi” se caracteriza por um tom de conciliação e de garantia aos interesses do capital nacional e internacional, ressaltando os compromissos com a manutenção do superávit primário e a continuidade da política macroeconômica de controle aos gastos públicos e combate à inflação. Além disso, amplia-se o arco de alianças, que agora inclui partidos de centro e direita, inclusive conferindo a vice presidência a José Alencar, grande empresário industrial do setor têxtil (Idem, ibidem, pgs. 84-98).

Os dois mandatos de Lula à frente da Presidência da República consolidaram o que Singer chamou de “síntese contraditória” entre as duas “almas” petistas, acompanhada de importantes transformações na própria composição social do PT e de sua base de apoio, que apresentam maior participação das faixas de mais baixa renda e escolarização, além de maior inserção nas regiões Norte e Nordeste do país (idem, ibidem, p. 116). Com a mudança de composição e adoção de um programa que

² Esta formulação é de Oliveira, 2010.

³ Referência à escola da Congregação Nossa Senhora do Sion, localizada no bairro de Higienópolis em São Paulo, onde foi realizado o ato de fundação do PT.

substitui a luta de classes pelo desenvolvimentismo de caráter nacional-popular, o PT consegue, nas palavras de Singer, “entrar no coração do subproletariado”, adquirindo ainda a feição de “partido dos pobres” (Idem, *ibidem*, p. 117). Em suma, “Trata-se de um programa capitalista com forte presença estatal, de distribuição de renda sem confronto, que não por acaso lembra o ideário varguista” (Idem, *ibidem*, p. 123)

A reorientação ideológica do PT, capitaneada pela virada lulista, é lastreada nas políticas de governo que, sem romper com a orientação ortodoxa, promoveram um processo de crescimento econômico fortemente apoiado no crescimento do mercado interno, via geração de empregos, valorização do salário mínimo, expansão do crédito popular e políticas de transferência de renda. Tais feitos representaram, na análise de Singer:

nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento, no início da década de 1970 tinha por bandeira ‘a ruptura com o atual modelo econômico’, mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de ‘subproletariado’ ao analisar a estrutura social do Brasil no começo dos anos 1980. (Idem, *ibidem*, p. 76. Grifo do autor).

Na formulação de Paul Singer, resgatada por André Singer, a categoria subproletariado compreende aquele setor da classe trabalhadora que não encontra remuneração capaz de garantir a reprodução adequada de sua força de trabalho. Trabalhando com dados do Pnad de 1976, concluiu que 63% do proletariado brasileiro se enquadrava na fração subproletária (Idem, *ibidem*, p. 77). André Singer acrescenta que o subproletariado possui um perfil regional, identificado com o Nordeste brasileiro, já que “Não somente porque na região empobrecida, que é a segunda mais populosa do Brasil, habita boa parte dos subproletários, mas porque dela irradiam os subproletários que buscam oportunidade no centro capitalista, que é o Sudeste.” (Idem, *ibidem*, p. 78). Em analogia com descrição de Marx em *O Capital* sobre a sobrepopulação operária e sua função de exército industrial de reserva, Singer analisa o subproletariado brasileiro como um “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente” (Idem, *ibidem*, p. 18).

Quanto as suas orientações políticas, o subproletariado brasileiro mostra um anseio pela redução das desigualdades que é contrabalanceado por seu apeço pela ordem. É com base neste perfil que, em artigo de 2000, Singer interpreta a “adesão intuitiva à direita no espectro ideológico” pelo subproletariado brasileiro, condição esta que explicaria a derrota de Lula frente a Fernando Collor de Mello no pleito de 1989. Singer recorre às formulações de Marx em *O 18 Brumário*⁴ para descrever o padrão de comportamento político do subproletariado. Assim como o grupo camponês analisado por Marx, o subproletariado comportaria “dificuldades estruturais para se organizar”, o que implicaria que sua representação se desse de cima para baixo através da identificação com uma liderança, como Napoleão III ou Lula (Idem, *ibidem*, p. 59).

3. A hegemonia lulista como superação dialética do populismo

A rigor, a obra de Braga não toma o governo Lula ou o “lulismo” como seus principais objetos de investigação. A “hegemonia lulista” é aqui enfocada dentro de um projeto intelectual mais amplo no qual se propõe a investigação sobre a trajetória e perfil político da parcela precarizada do proletariado

⁴ A influência de *O Dezoito Brumário* sobre as reflexões empreendidas por Singer é decisiva. Seguindo sua narrativa sobre o processo de elaboração do livro temos que: “O estalo sobre os sentidos do lulismo aflorou no regresso a São Paulo. Depois de viver com paixão o primeiro mandato de Lula na Presidência da República, retornei à USP ansioso por entender o que havia acontecido. (...) Foi uma reeleitura de *O 18 Brumário* que me levou a pensar no lulismo como expressão de mudança da base de classe” (Idem, pgs- 258-259)

brasileiro, acompanhando analiticamente o seu “fazer-se” de classe durante o período que vai da década de 1950 até os dias atuais. De maneira sucinta, o autor expõe o tema de seu estudo como: “A transformação do ‘classismo prático’ em um reformismo plebeu sindicalmente refratário à colaboração com as empresas e construído na luta pela efetivação e ampliação dos direitos trabalhistas por meio da crença no poder de decisão das bases (...)”. Ainda assim, parece evidente que a natureza das indagações presentes no trabalho de Braga se insere em um esforço de compreensão do tempo histórico presente. Esta possibilidade de interpretação da obra parece mais plausível se pensarmos na adesão de Braga ao programa de Sociologia Pública, formulado inicialmente por Michael Burawoy, e pela auto-identificação de seu trabalho com a ideia de “história a contrapelo” à maneira de Walter Benjamin.

O trabalho de Braga é marcado por um sofisticado arranjo de categorias sociológicas que são cuidadosamente explicitadas ao longo do texto. O conceito chave “precariado” é elaborado a partir de uma combinação entre a reflexão de tradição francesa, representada por Castel, a respeito da crise do modelo clássico de assalariamento⁵ e a teorização marxiana sobre a sobrepopulação operária. Contrapondo-se à escola francesa, Braga argumenta que a precariedade não é uma situação excepcional que resulta da crise do modelo de *welfare state*, mas uma condição intrínseca à norma da exploração capitalista, o que se torna mais evidente a partir da observação da realidade de países periféricos e de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil.

Para situar mais precisamente o precariado no interior da classe trabalhadora, Braga retoma as definições de Marx sobre a composição da sobrepopulação operária. Esta seria uma “(...) população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista aglutinada em torno de quatro frações distintas, porém mutuamente permeáveis” (Braga, 2012, p. 17). A sobrepopulação operária é, assim, composta por a) população flutuante, “(...) formada por aqueles trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas.”; b) população latente, “(...) composta por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais, especialmente rurais, estabelecendo-se na indústria”; c) população estagnada que “(...) já seria parte da força de trabalho, ocupando, no entanto, funções tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis sub normais de existência” e d) população pauperizada que é “formada pela massa de indigentes, de doentes, de acidentados e de incapacitados para o trabalho devido à idade” (Idem, *ibidem*). Na formulação de Braga, o precariado é composto pelas três primeiras categorias desta listagem, ficando, portanto de fora dele, tanto a população pauperizada quanto o lumpemproletariado. Esta exclusão se sustenta no entendimento de que tais setores não participam de nenhuma “função relevante relacionada à exploração econômica de classe” (Idem, *ibidem*, p. 19).

Devido às peculiaridades do capitalismo dependente-periférico, o precariado assumiria a condição de maioria da classe trabalhadora no Brasil – o que constitui um ponto de acordo com a teorização de André Singer sobre o subproletariado. Assim sendo, Braga propõe uma investigação historicamente aprofundada sobre a atividade política do proletariado precarizado, ressaltando enfaticamente que “(...) a participação eleitoral representa apenas uma – e, muitas vezes, nem mesmo a mais importante – das múltiplas dimensões da prática política do precariado brasileiro” (Idem, *ibidem*, p. 29). Afastando-se da análise empreendida por Singer, Braga reconhece a capacidade de ação política do precariado e mesmo da população pauperizada e lumpemproletariado. Ao seu ver, apesar de suas muitas metamorfoses, correspondentes aos vários períodos de sua formação, a atividade política do precariado é marcada por um elemento constante, identificado como o “*classismo em estado prático*, ou seja uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda

⁵ Por relação clássica de assalariamento, entende-se o emprego assalariado, fixo, acolhido e regulamentado pelo Direito do Trabalho e pelas garantias sociais fornecidas pelo Estado. Nesse modelo, observa-se uma espécie de cruzamento entre as redes de proteção social oferecidas pelo Estado e o pertencimento a uma dada profissão. A unidade básica desse modelo seria o cidadão-empregado (Castel, 2007).

que carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos” (Idem, *ibidem*, p. 37). Em importante nota de rodapé, Braga acrescenta que esta definição do classismo prático não deve ser confundida com uma posição de determinismo econômico, uma vez que:

(...) o destino histórico desse processo de transição das relações imediatamente materiais para as relações políticas de classe depende de uma série de recursos irreduzíveis à estrutura social, tais como a tradição político-organizativa das classes subalternas, o grau de desenvolvimento da cultura política nacional e o nível de unidade ideológica do grupo social dirigente.

É a este classismo prático que Braga atribui, a partir de uma análise retrospectiva baseada em metodologia de “revisita etnográfica”, o esgarçamento do modo de regulação populista que vigorou no Brasil até o golpe civil-militar de 1964, uma vez que:

Autoproduzindo-se como sujeito político, o precariado foi envolvido em projetos reformistas que objetivavam implica-lo na reprodução de sua própria dominação. No entanto, o crescente choque entre o modo de regulação e o regime de acumulação amplificava o desentendimento no compromisso populista (Idem, *ibidem*, p. 127).

É também este movimento de inquietação operária que constitui a grande força por trás do ciclo de greves na região do ABC paulista a partir do final da década de 1970. Por meio da pressão e de uma prática política radicalizada, o precariado força seus dirigentes, ligados a uma burocracia sindical herdada da política de interações do governo militar sobre os sindicatos, a romperem momentaneamente com o modelo de representação tutelada. A própria eleição de Lula como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em 1975 é entendida como ponto culminante dentro de um contexto no qual o sindicato via-se pressionado pelo aumento expressivo no número de sindicalizados e pela disposição combativa expressa pelas bases (Idem, *ibidem*, p. 161). Recorrendo ao vocabulário das Teses sobre o conceito de História, de Walter Benjamin, Braga identifica neste período o “instante de perigo”, o momento dramático da história brasileira no qual são lançados as bases sociais da hegemonia lulista. Neste sentido, o lulismo é entendido por Braga como superação dialética (negação, conservação e elevação) do populismo. Em suas palavras:

(...) o momento *negativo* deve ser buscado no amadurecimento da experiência operária ao longo do ciclo grevista de 1978-1980, o *conservador*, na reconciliação da burocracia de São Bernardo com a estrutura sindical oficial e, conseqüentemente, com o Estado capitalista – coroada pela transformação, ao longo dos anos 1990, do PT em uma notável máquina eleitoral -, e a *elevação*, na conquista do governo federal em 2002, que possibilitou àquela burocracia sindical converter-se, definitivamente, em gestora da poupança dos trabalhadores. (Idem, *ibidem*, p. 44)

Assim definida, a hegemonia lulista é entendida como um modo *sui generis* de regulação de conflitos que se baseia, predominantemente, na articulação entre o consentimento ativo das lideranças – cooptadas por meio de um processo “transformista” através do qual estas se tornaram sócias menores do Estado capitalista, via controle e administração dos grandes fundos de pensão e inclusão em diversas instâncias do aparelho de Estado – e consentimento passivo das bases seduzidas pela conquista de pequenas concessões sociais (Idem, *ibidem*, p. 181). Sob a aparente satisfação das classes trabalhadoras, porém, Braga observa um estado de inquietação correspondente às limitações do modelo de inclusão social via consumo. É assim que em seu estudo de caso sobre os teleoperadores, Braga observa que estes

Aderiram por hora à hegemonia lulista, mas não devemos nos enganar: o signo da passividade simplesmente não os traduz. Ao contrário, mais correto seria reconhecer aí uma espécie de pressão popular inorgânica, muito familiar aos sindicalistas que atuam no setor. Uma pressão

que pode, caso a desconcentração de renda entre os que vivem do trabalho seja interrompida, transbordar as barreiras diligentemente erguidas pelo movimento sindical no intuito de desviá-las para longe do governo. (Idem, ibidem, p. 218)

4. Referências bibliográficas

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012

CASTEL, Robert. *Au-delà du salariat ou en deçà de l'emploi ? L'institutionnalisation du précarat ?* », in Serge Paugam (dir.), *Repenser la solidarité : l'apport des sciences sociales*, Paris, PUF (Coll. « Le lien social »), 2007, p. 416-433.

CHAUÍ, Marilena. Lula optou pela transição. Eu fui contra. Entrevista concedida à Revista Fórum em setembro de 2006.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.